



SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

- ix) que o relatório de atividades “*é o único dever do servidor em pós-graduação que tem previsão na norma de que a iniciativa possa partir do próprio servidor*”, sendo os demais deveres “*iniciados a partir de provocação*”, não havendo clareza nas normas quanto à necessidade de comunicação prévia dos eventos ocorridos no primeiro semestre letivo de 2023;
- x) que suas “*obrigações imediatas e compromissos laborais no período eram presencialmente na Universidade*”, sendo razoável a apresentação da documentação médica à UnB;
- xi) não entendeu necessária a comunicação ao Senado Federal quanto ao trancamento geral de matrícula no semestre, pois “*em nada alterou minhas obrigações presentes ou passadas*”.

Ato contínuo, o ILB, por meio do Ofício nº 60/2024 – SEPOS/COESUP/ILB<sup>7</sup>, elencou as principais argumentações do servidor e restituiu os autos à DGER, **sem, contudo, realizar efetiva e pormenorizada análise de mérito quanto à manifestação do interessado.**

Ante o exposto, com fulcro na competência insculpida no art. 58, parágrafo único<sup>8</sup>, do Anexo IV do RASF, a fim de embasar a deliberação da Diretoria-Geral, **ENCAMINHO** os autos à Vossa Senhoria para manifestação conclusiva a respeito de eventual descumprimento da ação de capacitação pelo servidor THIAGO CORTEZ COSTA, matrícula nº 226674, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, quanto aos seguintes pontos:

1. O servidor, tempestivamente e tão logo tenha sido expedido, nos termos do art. 4º<sup>9</sup> do Ato da Comissão Diretora nº 17, de 2011, apresentou o atestado médico ao Senado Federal alusivo à sua condição de saúde, conforme documento indicado no NUP 00100.177092/2023-91?

<sup>7</sup> NUP 00100.145621/2024-79

<sup>8</sup> Art. 58. O Instituto Legislativo Brasileiro e a unidade responsável pela gestão de pessoas do Senado Federal devem desenvolver, conjuntamente, procedimentos de controle e registro da participação dos servidores em ações de capacitação.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento injustificado, pelo servidor, dos deveres expressos nos arts. 32, 41, 42 e 52 deste Anexo, o ILB dará ciência à Diretoria-Geral, que poderá deliberar a imediata suspensão dos vencimentos do servidor a ser executada pela unidade responsável pela gestão de pessoas, sem prejuízo das medidas anteriormente previstas.

<sup>9</sup> Art. 4º Após o atendimento médico, o servidor, ou alguém em seu nome, deverá apresentar o respectivo atestado à Junta Médica no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis ou, caso convocado para depor em sindicância, no prazo de 1 (um) dia útil a contar do início do afastamento.

Parágrafo único Em se tratando de servidores lotados nos Escritórios de Apoio às Atividades Parlamentares, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2009, o atestado deverá ser encaminhado, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, ao respectivo Gabinete, que providenciará sua imediata apresentação à Junta Médica.

